

Nilo Coradini de Freitas

Grenoble École de Management

Grenoble, França

nilof@tutanota.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2327-8297>

Lucas Casagrande

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

lucas.casagrande@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8327-4810>

Fábio Bittencourt Meira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, RS, Brasil

fabio.meira@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4703-2398>

O que o Antropoceno tem a Aprender com o Decrescimento Convivial? O Campo Ambiental diante dos Imperativos da Modernidade

What does Anthropocene Have to Learn from Convivial Degrowth? The Field of Environmental Studies before the Imperatives of Modernity

RESUMO

O artigo discute o conhecimento produzido no campo científico do meio ambiente, identificando cinco chaves discursivas em disputa: Crescimento Zero, Otimismo Extropiano, Desenvolvimento Sustentável, Decrescimento Convivial e Antropoceno. A pressuposição de uma ordem do discurso permite utilizar o método da análise do discurso, com enfoque na interdiscursividade do campo, para identificar a luta de posições em torno da questão ambiental. A análise revela o peso dos imperativos tecnológico e econômico, característicos da modernidade, nos discursos que defendem a continuidade do status quo social vigente. O Antropoceno, ainda que sob influência do ideário moderno, revela um potencial crítico não realizado. Ao construir uma aproximação com a proposta do Decrescimento Convivial, o artigo objetiva mitigar este déficit, além de apontar, com base em Ivan Illich (2005b) e Giorgio Agamben (2015), outros modos de enfrentar o domínio econômico e tecnológico, sustentáculos da apropriação acrítica da questão ambiental.

Palavras-Chave: questão ambiental. antropoceno. decrescimento. era dos sistemas. profanação.

ABSTRACT

The article discusses the knowledge produced in the scientific field of environment, identifying five discursive keys in dispute: Zero Growth, Extropian Optimism, Sustainable Development, Convivial Degrowth and Anthropocene. The presupposition of an order of discourse allows the uses of discourse analysis as a method, focusing on the interdiscursivity of the field, to identify the struggle of positions around the environmental issue. The analysis reveals the weight of technological and economic imperatives, characteristic of modernity, in the discourses supporting the continuity of the current social status quo. Anthropocene, although under the influence of modern ideology, reveals its critical potential not fully realized. Through an approximation with the proposal of the Convivial Degrowth, the article aims to mitigate this deficit, besides pointing out, based on Ivan Illich (2005b) and Giorgio Agamben (2015), other ways of facing economic and technological domination, that sustain the uncritical appropriation of the environmental issue.

Keywords: environmental issue. anthropocene. degrowth. age of systems. profanation.

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Endereço

Av. Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras

29.075-910, Vitória-ES

gestaoeconexoes@gmail.com

<http://www.periodicos.ufes.br/ppgadm>

Coordenação

Programa de Pós-Graduação em Administração

(PPGADM/CCJE/UFES)

Artigo

Recebido em: 30/07/2020

Aceito em: 26/02/2021

Publicado em: 20/04/2021

Introdução

“As mudanças no clima ocorrem há bilhões de anos e não há como alterá-las, pois obedecem a ciclos astronômicos complexos e sofrem a influência das radiações cósmicas” (Deputado Luiz Carlos Heinze *apud* Alexandrakis, 2017).

“Que aquecimento global é este? [...] Não deixe que o discurso, principalmente dos globalistas, matéria em cima de matéria, jogando essa mentira para vocês, que ela reste sedimentada como verdade” (sic). (Deputado Eduardo Bolsonaro *apud* Roque, 2020).

Pode parecer anacrônico, mas no século XXI, as grandes empresas petrolíferas e outras, cujas receitas podem ser afetadas pelo controle das emissões de dióxido de carbono, patrocinam a incerteza. Campanhas deliberadas financiadas por essas empresas sugerem haver desacordo na comunidade científica sobre a realidade do clima (Roque, 2020; Oreskes, 2004). O rol de negacionistas, cobiçados por estas empresas, inclui cientistas brasileiros como o meteorologista Luis Carlos Molion e o geógrafo Ricardo Felício (Roque, 2020).

Ora, a ciência não é o enredo das grandes descobertas. Em “A ordem do discurso”, Michel Foucault (2007) mostra como as mutações científicas relacionam-se a uma “vontade de verdade apoiada sobre um suporte institucional [que] tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. (Foucault, 2007, p. 16). Não estranha, portanto, um artigo assinado por 16 cientistas apenas para afirmar o “consenso sobre o consenso de que os humanos estão causando o aquecimento global” (Cock *et al.*, 2016, p. 1).

O fato é que a questão ambiental constitui um campo que tem na polissemia sua expressão maior (Nascimento, 2012a, 2012b). O presente artigo mapeia os diferentes discursos para discutir suas posições relativas e entender quem são os enunciadores e as instituições que os sustentam. Trata-se de uma disputa por legitimação, o que possibilita identificar as regras e lógicas, agentes e recursos que eles detêm. Após mapear os discursos do campo, procederemos a uma análise crítica para formular uma proposição centrada na noção de decrescimento. Há um déficit crítico no campo da questão ambiental derivado de uma subordinação aos princípios econômico e tecnológico característicos da modernidade capitalista. Com base em Ivan Illich (2005b) e Giorgio Agamben (2015), o artigo alcança seu objetivo ao apontar modos de enfrentar estes imperativos, que embaralham a compreensão contemporânea da questão ambiental.

Ao contrário do que supõe o senso comum, a ciência não é um agir evolutivo-linear composto por uma série de descobertas. A produção da ciência ambiental leva à discussão do campo científico e das relações entre os agentes que o compõem (Bourdieu, 2004). No caso em tela, não há convergência em torno de teorias e conceitos, o que sugere que estamos diante de uma ciência pré-paradigmática (Kuhn, 1974), o que tampouco implica dissenso incontornável. Para contrapor controvérsias retóricas e artificiais, recomenda-se uma postura crítica combinada com certa ortodoxia científica (Ceccarelli, 2011). Autoridade e competência concorrem nesta luta, expressando-se, por um lado, pelo poder de prestígio, por outro, pelo poder político institucional. Este último é “ligado à ocupação de posições

importantes nas instituições científicas” (Bourdieu, 2004, p. 35). O prestígio é tipicamente pessoal, repousa sobre o reconhecimento dos “pares ou da fração mais consagrada dentre eles” (Bourdieu, 2004, p. 35). O campo é mais autônomo quanto mais excluir a intervenção estranha à atividade puramente científica. O campo é mais heterônomo quando intervêm forças políticas e institucionais.

A lógica dos discursos espelha tanto o argumento da autoridade institucional quanto o argumento das razões, demonstrações e refutações. Esta abertura possibilita uma série de investigações. Aqui a análise está delimitada às manifestações do discurso em torno da questão ambiental. Trata-se de uma decisão estratégica e metodológica para analisar a interdiscursividade do campo, como meio de articular seus conceitos centrais e os interesses dos agentes. Como apontam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 91), todo o campo científico constitui um “conjunto de formações discursivas em relação de concorrência, delimitando-se reciprocamente, na tentativa de deter o máximo de legitimidade enunciativa”. O problema da legitimidade ganha centralidade justamente porque toda enunciação tem uma intenção: os enunciados devem ser entendidos sempre da perspectiva do campo.

A interação dos enunciadores define o primado do interdiscurso na dinâmica do campo, pois não há formações discursivas independentes umas das outras. Um enunciador competente é o representante autorizado pelo enredo do campo, ainda que incorra na busca recorrente por legitimação. Os habitantes de um campo são identificados por pela sua capacidade de produzir efeitos (Nascimento, 2012a). No caso da questão ambiental, a interdisciplinaridade é central. Por aqui navegam diferentes saberes e práticas, em diferentes posições de enunciação: desde profissionais da ciência, agentes políticos, empresários, até índios, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, catadores de papel, trabalhadores, jornalistas, e militantes (Nascimento, 2012b). Esta diversidade compõe o campo discursivo definido por uma relação de poderes de enunciação, e as interações entre as diferentes posições no campo correspondem a estratégias de sucessão ou subversão, na busca por alterar ou manter posições (Bourdieu, 2008).

O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução e da conclusão. A primeira situa o campo discursivo da questão ambiental para evidenciar os discursos centrados em preocupações produtivas, industriais e capitalistas. A segunda seção apresenta o Antropoceno, argumentando que o Decrescimento Convival pode potencializá-lo ao deslocar a lógica socioeconômica para questões que consideram formas de vida e bem viver. Em seguida, com apoio em Ivan Illich (2005a) e Giorgio Agamben (2015), a crítica aos imperativos da modernidade é alinhada à questão ambiental. Concluimos com a proposta de trazer o Decrescimento Convival como forma de romper o ciclo e constituir um ambiente socioeconômico livre da questão ambiental.

Os discursos do debate ambiental

Quatro anos após a vitória dos Aliados sobre o nazifascismo, o então presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, anunciava não haver espaço para o “velho imperialismo” nos planos daquela nação. As intenções declaradas eram de levar os avanços científicos e o progresso industrial para as áreas subdesenvolvidas – isto é, para as áreas que então passaram a ser entendidas como subdesenvolvidas (Esteve, 1992). Trata-se da articulação do dispositivo binário

desenvolvido/subdesenvolvido em um plano de hegemonia estado-unidense. A história passa a ser tratada como um programa, um destino universal, linear e positivo. A maioria das pessoas do mundo devia curvar-se a experiências e sonhos de outros. Autores como Arthur Lewis (1969 [1954]) e Walter Rostow (1957; 1974) passaram a defender a equivalência entre as ideias de desenvolvimento e crescimento econômicos. Conseqüentemente, criam-se os problemas sociais e ambientais que derivaram para um conceito de desenvolvimento adjetivado: "sustentável", "social", "responsável" etc.

A seguir, delineamos os discursos ambientais mais influenciados por estes preceitos, todos centrados no enfrentamento da questão ambiental como problema econômico.

O Desenvolvimento encontra o Ambientalismo: Crescimento Zero

Os problemas criados pela tentativa de universalização do modo de vida industrial acabam por suscitar, na década de 1970, o despertar da "consciência ecológica" no mundo" (Viola, 1987). Tomamos a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano ocorrida em 1972 como ponto de inflexão, no qual a questão ambiental torna-se incontornável ao debate público, com a proposta de "crescimento zero" tomando o centro das atenções (Illich, 1981a). Este famoso estudo conduzido por uma equipe do *Massachusetts Institute of Technology*, encomendado pelo Clube de Roma, grupo fundado pelo industrialista italiano e presidente do comitê econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte, Aurelio Peccei (Oliveira, 2012), foi chamado "Relatório Meadows", e expunha resultados de modelos computacionais preditivos para os crescimentos populacional, industrial, de poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais. A previsão era de que em um século os limites dos recursos do planeta seriam alcançados, com provável queda súbita da população e capacidade industrial (Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers & Behrens 1973). Desde então, é inevitável confrontar a concepção de que "o desenvolvimento econômico é um processo termodinâmico" (Delfim Netto, 2009, p. 7). A proposta de Crescimento Zero postula a necessidade de um modelo estacionário, uma vez que melhorias na capacidade produtiva poderiam, no máximo, adiar o problema, não resolvê-lo.

O debate fora lançado, portanto, a partir das elites industriais, com a proeminência de um discurso catastrofista. Paradoxalmente, pregava a manutenção das relações sociais junto a uma estagnação do crescimento econômico. Argumentamos aqui que, em decorrência dessa discussão, ao menos outras quatro ordens de discursos se constituíram: Otimismo Extropiano, Desenvolvimento Sustentável, Decrescimento Convivial e Antropoceno.

Otimismo Extropiano

Este discurso baseia-se na crença de que avanços tecnológicos superarão os problemas causados por avanços passados. Entende-se o desenvolvimento e o avanço científico e tecnológico como desejáveis, num progresso visto como vetor linear para uma vida melhor, de um número cada vez maior de pessoas. Exalta-se as inovações tecnológicas como meio para superar os problemas ambientais.

O expoente extropiano, Grupo de Sussex, critica o modelo computacional do

Clube de Roma, alegando que este fora construído sob pressupostos malthusianos (Freeman, 1973), que levariam inevitavelmente a conclusões malthusianas. A questão não deveria recair sobre o mérito do crescimento econômico, mas sobre o rumo que deveria tomar. Reconhecem os perigos ambientais, relacionando-os às limitações e ao não desenvolvimento de tecnologias, ambos associados a problemas técnicos e institucionais. Dessa forma, advogam mais investimento em Pesquisa & Desenvolvimento e baseiam sua visão econômica numa argumentação schumpeteriana (ver Schumpeter, 1981).

O extropianismo não é só uma vertente acadêmica. O discurso permeia o debate público e se diferencia por reconhecer que há, de fato, um problema. Como solução postula uma fé na ciência, na tecnologia, e uma guinada de políticas públicas e incentivos privados. As ideias extropianas são muito influentes no debate da questão ambiental (ver Grubb, 2004).

Dentre os extropianos não liberais, destaca-se o Grupo de Bariloche que defende um ponto de vista socialista. Advogando em prol do sul global, argumentavam que os limites do crescimento não estavam no horizonte (Herrera, Scolnik, Chichilnisky, Gallopin & Hardoy, 1977). O total de recursos naturais era contingente à tecnologia disponível, e continuariam disponíveis após o uso, "como se nunca houvessem sido extraídos do chão" (Herrera *et al*, 1977, p. 41, tradução nossa). A ideia de que maior produção pode significar menor disparidade social dá forma ao socialismo extropiano e à sua crença de que o aumento produtivo possibilitaria soluções sociais.

Apesar dessas diferenças políticas, o extropianismo postula que a tecnologia é um meio viável de superar as limitações planetárias, baseando-se em visões técnicas e econômicas que possivelmente encontram seu ápice no trabalho de Robert Solow (1956; 1970; 1974). Em suas proposições neoclássicas, crescimento e equilíbrio são reconciliados por meio da ideia de que os fatores trabalho e capital podem ser substituídos ao longo do tempo pelo processo econômico. Avanços tecnológicos permitiriam ao capital maior produtividade, aumentando as taxas de crescimento econômico e renda per capita, além de mudanças na estrutura da economia junto a novos usos de tais fatores (Cechin, 2010). Assim, o processo econômico é visto como algo mecânico e reversível.

Desenvolvimento Sustentável

As mudanças nas relações de poder acabam por instituir o Desenvolvimento Sustentável, por meio do Relatório Brundtland (Comissão Mundial Sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991) e da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1992. De acordo com Sachs (1993), desde o relatório preparado para a Conferência de 1972 na cidade suíça de Founex, se tentou um caminho intermediário entre o pessimismo neomalthusiano (Crescimento Zero) e ao Otimismo Extropiano, com a proposta de Ecodesenvolvimento: os problemas ambientais e o Desenvolvimento são compatíveis, deveriam ter uma alternativa comum. O conceito abarcava algumas posições específicas que vêm a ser posteriormente substituídas com o conceito de Desenvolvimento Sustentável, com destaque ao objetivo da redução das desigualdades sociais.

A partir do Relatório Brundtland, o termo Desenvolvimento Sustentável difunde-se como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades"

(Comissão Mundial Sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p. 46). Por meio de referentes difusos – em 1989, era possível registrar trinta e sete diferentes acepções de Desenvolvimento Sustentável (Pezzey *apud* Latouche, 2003) – volta-se a impor o crescimento econômico mediante o estabelecimento de metas de redução do impacto ambiental e redução da pobreza – e.g. Agenda 21, Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima etc. – que seriam enfraquecidas e deixadas de lado nas décadas seguintes. A Rio-92 consagrou a hegemonia da dimensão econômica no debate em torno do Desenvolvimento Sustentável e da problemática ambiental (Nobre, 2002). O ambiente natural passou a ser um valor monetário, tornando-se propriedade negociável, por meio de concepções como o "mercado de carbono" (FMI, 2008). Nesta visão, um desenvolvimento desejável ocorre sob um "crescimento verde", significando que alguns tipos de crescimento são melhores que outros. Ao focar o tipo de crescimento, a ênfase é posta não apenas em mecanismos de mercado, mas também em regulações governamentais.

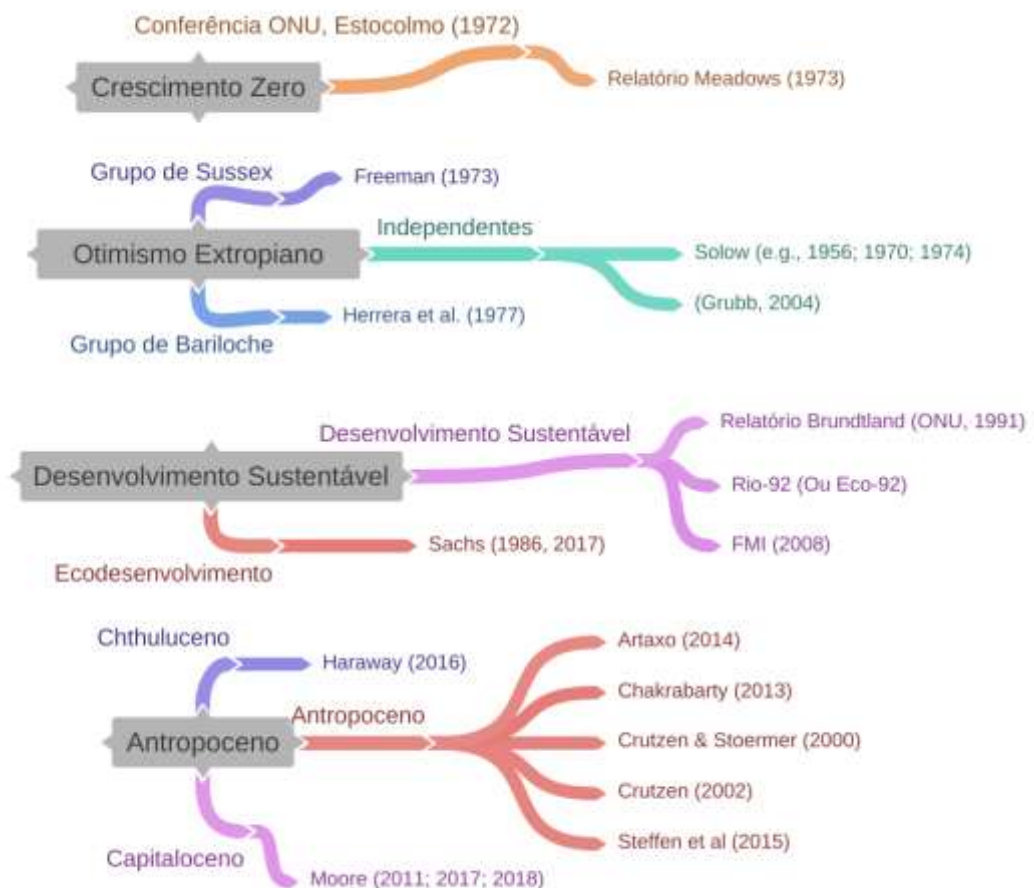


Figura 1. Mapa mental resumindo o campo ambiental consolidado. Elaboração própria.

Tanto o Otimismo Extropiano quanto o Desenvolvimento Sustentável defendem a possibilidade da desmaterialização do crescimento econômico e de sua independência do uso de recursos materiais. Embora seja verdade que, por

exemplo, as emissões de gás carbônico em relação ao PIB global venham caindo desde 1971 em escala global (IEA, 2017), isto só é válido enquanto se usa métricas monetárias e se supõe que a extração de recursos e emissões de poluentes sejam relatadas no PIB. Tais posições tampouco levam em conta o paradoxo de Jevons sobre o aumento da taxa de consumo de um recurso quando uma mudança tecnológica aumenta a eficiência com que se usa o recurso (Alcott, 2016). Apesar do declínio da energia usada por unidade monetária, a economia continua a crescer e o total de energia e materiais usados crescem com ela (Cechin, 2012, p. 357). Os ganhos em eficiência energética trazidos pela tecnologia são superados pelo aumento na escala do crescimento econômico (Polimeni, Mayumi, Giampietro & Alcott, 2008).

Decrescer no Antropoceno: o Decrescimento Convivial

No início dos anos 2000, críticas da década de 1970 viriam a ser incorporadas em um quarto discurso que denominamos Decrescimento Convivial. Esta é apenas uma dentre uma miríade de proposições aliadas, que poderiam também ser alvo de nossa atenção como discurso – Pós-extrativismo (Gudynas, 2013), Bem Viver (Acosta, 2016), Convivialismo anti-utilitarista (Os Convivialistas, 2016), Ambientalismo dos Pobres (Martinez-Alier, 1999), Ecossocialismo (Löwy, 2019), Eco-Anarquismo (Trainer & Trainer, 1995; Trainer, 2007; Fotopoulos, 1997, 2000), Anarco-Primitivismo (Zerzan, 2006), para citar algumas.

Na chave do Decrescimento, o desenvolvimento, o crescimento, a técnica e a ciência são vistos como corolários da fé moderna no progresso. Não são conceitos, mas um “conjunto de crenças compartilhadas” (Latouche, 2012, p. 3) que substituem a religião tradicional junto ao culto quase universal e trans-histórico do valor encarnado, de forma que nas sociedades de crescimento a maximização do PIB torna-se um valor moral (Latouche, 2012). Em oposição frontal a isso, o Decrescimento Convivial procura estabelecer formas de vida frugais, independentes do mercado e fora de um percurso societal de uso intensivo de energias, pois este impossibilita a equidade social (Illich, 2005a; Gorz, 1980).

Decrescimento não é apologia do crescimento negativo. É a recusa de jogar o jogo no qual tudo no debate público gira em torno de ‘como crescer mais e como crescer melhor?’. É a recusa da economia como esfera central da vida social. O Decrescimento tenta escapar da economia, afirmando a escolha política no lugar dos imperativos econômicos e reconstituindo o papel da cidadania no lugar do papel de consumidor (Fournier, 2008). Sua proposição é a convivialidade como valor central, entendida como relações criativas e autônomas entre pessoas e povos e seus ambientes. No lugar de relações mercantis, a convivialidade favorece a dádiva no sentido de Marcel Mauss (2002); no lugar de bens industriais, trabalho autônomo voltado à produção de valores de uso (Illich, 1981c). No bojo de uma sociedade convivial, a subsistência teria um peso maior frente ao binômio produção/consumo, por meio do uso dos *commons* em vez do consumo de bens produzidos industrialmente por meio de esquemas de contratualização de propriedade (ver Illich 1973; Callahan, 2019)¹.

A proposta busca fomentar uma liberdade de ação intrinsecamente pessoal e contingente, que desaparece sob qualquer tentativa institucional de garanti-la.

¹ Uma bela análise da convivialidade no movimento Zapatista encontra-se em Callahan (2019).

Portanto, se opõe a ideias totalizantes que dão autoridade a visões proprietárias do ambiente, sejam estas públicas, privadas ou mesmo autogeridas, advogando por comunidades e suas maneiras vernáculas de viver, sob o Comum (*commons*), "além do utilitarismo adaptativo e da administração técnica" (Samerski, 2016, p. 6, tradução nossa). Inspirado na filosofia de Castoriadis, para quem "a realidade social é a implementação de 'significações imaginárias', ou seja, representações que mobilizam sentimentos" (Latouche, 2016, p. 119), Serge Latouche (2016) propõe uma descolonização do imaginário, para que seja possível uma sociedade fora do Desenvolvimento, do processo de economização das mentes, concomitante à mercantilização do mundo.

Desde 2008, são realizados colóquios internacionais bianuais a partir do coletivo acadêmico "*Research and Degrowth*" e o Decrescimento vem sendo debatido por acadêmicos usando diferentes referenciais. Gostaríamos de destacar alguns deles, em especial, na presente contribuição. Frente ao Relatório Meadows, André Gorz (1980) propunha que a ecologia fosse defendida como componente de uma revolução social, econômica e cultural. Não bastaria um capitalismo adaptado a restrições ecológicas: enquanto a civilização se basear em desigualdades, o crescimento sempre aparecerá para as massas como uma promessa e a limitação ao crescimento como uma condenação à eterna mediocridade. O Relatório Meadows é visto como índice de uma reorganização do capitalismo, Gorz (1980) prevê a guinada na direção de bens não-materiais, entendendo que a qualidade de vida acabaria por tornar-se lucrativa – não havendo limites para tal crescimento.

Ivan Illich (1981a) propôs o debate sobre limites análogos à provisão de serviços. Argumenta que agências de serviços levavam inevitavelmente a efeitos colaterais destrutivos, comparáveis àqueles causados pela produção de bens físicos. O autor debruçou-se (Illich, 1975; 1976; 2005a; 2018) sobre os processos que instruíam as pessoas a buscarem desenvolver suas atividades e, de maneira ampla, viver suas vidas não como sujeitos que interagem com o ambiente a sua volta e o moldam de acordo com seus desejos, mas como clientes, demandando de instituições burocráticas o fornecimento de produtos para satisfazer suas necessidades.



Figura 2. Mapa mental do Decrescimento Convivial e alianças. Elaboração própria.

Antropoceno e os limites da relação sociedade-natureza

Ao longo da década de 1970, a investigação científica desempenhada sob a rubrica de Pesquisa & Desenvolvimento, defendida pelo Otimismo Extropiano, em diferentes tentativas de inclusão da questão ambiental, acaba por produzir um reenquadramento epistemológico, com a produção de modelos sistêmicos. Uma ciência orientada à melhoria de vida de todas as pessoas, não mais buscava a produção de bens e serviços para um número cada vez maior de pessoas, senão determinar o que as pessoas deveriam ser compelidas a fazer pelo seu próprio bem. A Pesquisa & Desenvolvimento ecologicamente orientada promove a procura de meios que permitissem a imposição sutil, porém efetiva, do autocontrole nas pessoas (Illich, 1981b).

Cerca de duas décadas após tais movimentações, emerge uma quinta ordem do discurso: o Antropoceno. O debate teve seu início no ano 2000, quando o vencedor do Prêmio Nobel de química Paul Crutzen e o professor de biologia da Universidade de Michigan Eugene Stoermer propuseram que a incidência humana sobre seu ambiente levava a modificações tão grandes que faria sentido dizer que vivemos a época do "Antropoceno" (Crutzen & Stoermer, 2000). Trazem a ideia de uma nova era geológica, que mudaria o cenário conhecido de toda a história humana nos últimos dez a doze mil anos a partir das mudanças climáticas, com a proposta passando por uma assinatura estratigráfica e privilegiando a relevância das tecnologias. O pequeno artigo de 2000, contendo apenas a proposta da renomeação, sem discussões políticas ou sociais, apresenta o Antropoceno como algo que aporta uma tarefa excitante, mas também difícil, de desenvolver uma estratégia mundial que nos leve à sustentabilidade dos ecossistemas contra as ações humanas. Conclama as comunidades de pesquisa global e de engenharia a levar a humanidade a uma gestão global sustentável.

Não muitos anos depois, Crutzen (2002) escreve novo artigo respondendo críticas que o primeiro recebera. Não fora toda a humanidade que causara os impactos ambientais, mas sim cerca de um quarto da população planetária. O texto se constrói pela ideia de que, frente à iminência da catástrofe, não há alternativa, a não ser tomar medidas globais decididas por cientistas e engenheiros e, talvez, haja a necessidade de medidas de geoengenharia, que venham a minimizar impactos inevitáveis.

Steffen, Broadgate, Deutsch, Gaffney & Ludwig (2015) apresentam a proposta da "Grande Aceleração", argumentando que qualquer indicador social ou geológico aponta um salto a partir de 1950, e, portanto, este seria um ponto inicial adequado para o período. Discutem a questão da desigualdade de quem causa o impacto, também provavelmente em resposta a críticas anteriores que apontavam que o "*anthropos*" a que o termo se refere não é a humanidade, mas uma minoria. Os autores recolocam, em todo caso, que a aceleração socioeconômica se faz às custas do sistema biofísico e, tal qual o Clube de Roma indagara já a 40 anos antes, se seria possível nos próximos 50 anos produzir um grande desacoplamento econômico, ou se veremos um grande colapso. Outros autores apontam para uma saída que passaria pela ascensão de uma liderança global, de um controle em escala global dos indicadores biogeofísicos (Rockström *et al*, 2009). Tal poder deveria conseguir produzir um desacoplamento do progresso em relação ao seu custo biofísico: a noção geral de progresso ou avanço tecnológico nunca é posta em questão.

A narrativa do Antropoceno parece escorar-se num regime de exceção: postula urgência, necessidade de ação rápida e uma crise sem fim. Para Chakrabarty (2013), o Antropoceno quebra o pressuposto básico da história como história humana. Em seu lugar aparece uma história natural imutável, com um tempo específico não humano. O autor apresenta o Antropoceno como resultado de ações não intencionais que afetam a todos. Postula que falar de capitalismo, por exemplo, não seria suficiente, haveria uma espécie de universal, que surgiria com uma sensação compartilhada de catástrofe.

Por meio da discussão sobre “os limites operacionais seguros para a humanidade em relação a questões críticas decorrentes da ocupação humana na Terra” (Artaxo, 2014, p. 17), os primeiros proponentes do Antropoceno, chamemos “Antropoceno canônico”, são virtualmente unânimes em afirmar que “precisamos de um sistema de governança global para superar estes desafios” (Artaxo, 2014, p. 22): a “administração efetiva planetária deve ser alcançada rapidamente” (Steffen *et al.*, 2011, p. 757, tradução nossa). Circula a ideia de que os humanos se engajam a milhares de anos no empreendimento humano que envolve inevitavelmente o crescimento populacional, o desenvolvimento tecnológico, o consumo e o redirecionamento de recursos. Isto, supostamente, é inevitável. O que mudou nos últimos 20 ou 30 anos seria o dar-se conta dos efeitos inesperados dessas ações, daí a necessidade de uma governança global que levasse em conta os recursos planetários – uma aposta prometeica, por um planeta *smart*, gerido para a produção de recursos e a contenção de riscos.

Nestas já duas décadas de debate, muitas críticas foram apresentadas ao conceito e seu emprego. Podemos elencar, com Crist (2013), a recusa do Antropoceno em desafiar o domínio humano, a abdicação de liberdade que a reificação da empresa humana produz, e a submissão à ideia totalizante de desenvolver melhorias contínuas. O Antropoceno compartilha o otimismo com relação à tecnologia, junto ao Otimismo Extropiano, e o catastrofismo do Crescimento Zero, acrescentando as tecnologias de governo do Desenvolvimento Sustentável. Há ainda muitas críticas, sobre a ‘geologia branca’ que faz parte do discurso, da impossibilidade de uma ecologia capitalista, de interpretações históricas inadequadas que o conceito pode suscitar (Latour *et al.*, 2014; Yussuf, 2018; Moore, 2011; ver Silva e Silva, 2020).

É mérito dos proponentes do Antropoceno problematizar a relação sociedade-natureza, no sentido de que esta última recusa ser um pano de fundo estanque sobre o qual a história humana se desenrola, e fazê-lo de forma a ter tração em meio a ciências “duras”. No entanto, ao contrário do que fazem, reificando a dominação humana sobre a natureza como algo dado, entende-se que a recusa da natureza em se abster de interferir nos planos das pessoas nas próximas décadas seria mais bem compreendida como um convite a uma redefinição da relação sociedade-natureza, não como uma dominação, mas de uma forma outra.

Gostaríamos de contribuir articulando as proposições expostas sobre as tendências de internalização do controle que Illich percebera como concretizações do avanço do sistema econômico para a vida cotidiana que foram previstas por Gorz junto ao discurso do Antropoceno. Trata-se de aceitar, com Bonneuil & Fressoz (2016), o Antropoceno como acontecimento que nos coloca a narrar histórias. Aqui temos o objetivo explícito de barrar a história canônica do Antropoceno, com sua linearidade e determinismo. Buscamos atrapalhar o jogo da narrativa oficial com suas versões gestionárias, repensar o passado para abrir o futuro. Para tanto,

faremos uma digressão ao apresentar a crítica de Ivan Illich ao que chamara 'Era dos Sistemas'.

O Antropoceno canônico como a 'Era dos Sistemas' de Ivan Illich

Ivan Illich tentara entender os axiomas formativos do século XX, que argumentava estarem desaparecendo. Para tanto, foi necessário um certo distanciamento do presente, o que ele buscara fazer explorando os autores do Século XII, para lançar o olhar daquele período em direção ao seu. Como notam Casagrande & Freitas (2020), o pensamento de Illich é centrado na avaliação do ferramental de que a humanidade se vale, na mediação entre ela e o mundo.

Scientia, no primeiro milênio cristão, era entendida como o estudo das coisas sob a luz do esquema aristotélico das divisões causais (Illich, 2005b). A partir do século XIII, estudiosos passam a entender a *causa efficiens* bifurcada em duas: a *causa principalis* e a *causa instrumentalis*. A causa principal (*causa principalis*) é aquela que porta a intenção de uma ação, enquanto a instrumental não age em virtude própria. Como nota Agamben (2017, p. 96), "o espaço da técnica abre-se neste ponto como a dimensão de uma medialidade e uma disponibilidade propriamente ilimitadas, porque, mesmo se mantendo vinculado à própria ação, o instrumento tornou-se autônomo em relação a ela, e pôde referir-se a qualquer finalidade extrínseca."

Assim, surge o que Illich chamara "distalidade", uma separação entre usuário e ferramenta. Tal separação, no âmbito analítico, se dá na bifurcação da *causa efficiens* acima mencionada. Com a distalidade, o usuário conduz a intenção da ferramenta, tal distinção teórica permitiu a exploração do trabalho, a reificação do ser humano e os avanços tecnológicos da modernidade – estes, vistos sob um olhar crítico. "É apenas no século XII que acadêmicos começam a teorizar a escavadeira ou o martelo como 'instrumentos', separados do corpo humano" (Samerski, 2016, p. 2, tradução livre). A noção de instrumentalidade não é natural, trans-histórica, ela é construída socialmente.

O olhar de Illich se volta para a Europa do período, pois é lá que as categorias fundamentais da modernidade, do colonialismo e do capitalismo são formadas. Se Bonneuil & Fressoz (2016) buscam diferentes histórias para o Antropoceno – a história política do CO₂, a história do poder e do ecocídio, da externalização da natureza entre outras – para, ao lançar um olhar ao passado, abrir novas possibilidades de futuro, aqui encontramos um historiador que possibilita novas aberturas mediante a história das ferramentas. A noção de instrumentalidade é basilar para a constituição do mundo industrial capitalista. A hipótese de Illich é que ela estava tendo seu fim no final do século XX, mas seu fim representa um aprofundamento.

Conforme a instrumentalidade se espalha e coincide com a própria sociedade, testemunhamos a proliferação de artefatos que já não são mais passíveis de serem definidos como meios que buscam determinado fim; não estão (mais) a serviço de intenções pessoais; e não têm uma relação com o corpo que os usa. Eles não podem mais ser chamados propriamente de ferramentas, e, portanto, a influência da ideia ocidental de *instrumentum* chega a um fim na era presente, a Era dos Sistemas (Robert, 2019). "Os sistemas detêm seus próprios imperativos, sem distinção entre o que é simbólico e o que é real, impondo em seus usuários o que eles próprios são e o que deveriam ser" (Robert, 2019, p. 106, tradução nossa).

Devido à integração dos sistemas sociais, a *causa principalis* chega a um fim, sendo engolida pela *causa instrumentalis*. Se antes, a *causa efficiens* era a análise da primazia da vontade, agora a *causa instrumentalis* vem a ser primaz na reificação humana. Os sistemas não conhecem um exterior, apenas configuram espaços e seres, para que se comportem de maneira a chegar em determinado equilíbrio. Não é mais possível conceber o usuário como ente portador de intenção própria, mas apenas como subsistema. Quando o mundo passa a ser concebido como um ecossistema e as pessoas como sistemas imunológicos, já não se pensa em termos de causalidade, mas de análise de sistemas. A sociogênese do corpo em um pensamento de sistemas desincorpora a percepção das pessoas sobre si mesmas. Há uma inversão na relação homem-ferramenta.

Nesta relação específica de humanos com artefatos, objetos pensados para aumentar o poder dos sentidos humanos acabam por minar a confiança das pessoas nos próprios sentidos. Não há mais incentivos para observar e se engajar no mundo, a partir das sensações corpóreas, em vez disso deve-se crer nos diagnósticos apresentados pelas máquinas. O uso de aparelhos que concebem uma 'interface' com seres humanos requer ajustes de ambas as partes; sistemas objetivam moldar diretamente comportamentos e autopercepções (Samerski, 2016). Assim, o homem doente não é mais doente porque ele assim o determina, mas porque assim é determinado pelos sistemas nos quais está inserido.

Instituições sociais, integradas no sistema social, passam a ser instrumentais dos sistemas – e não mais dos seres. O uso da concepção estatística de risco e das pessoas como ocorrências aleatórias da vida – entendida como recurso a ser preservado e gerido – é o modelo segundo o qual a cibernética social opera. Médicos avaliam os níveis de ocorrência de determinada substância no sangue de um paciente e o informam da probabilidade do desenvolvimento de determinada condição; a infraestrutura de transporte pressupõe uma taxa de passagem de veículos por período de tempo, e uma probabilidade de acidentes e congestionamentos; o policiamento traça perfis e áreas de maior probabilidade de ocorrência de crimes. Os sistemas são estruturas que seguem determinadas regras de funcionamento (algoritmos), que trocam informações sem sentido, em um fluxo interminável de comunicação sem sentido.

A organização da vida sob esta égide consiste na manutenção de uma infraestrutura dentro da qual os exemplares específicos da vida devem circular, com saúde e produtividade. A concepção do ambiente como um sistema-mundo e das pessoas como sistemas imunológicos, isto é, de ambos enquanto recursos, leva à gestão de tais recursos, à manipulação das pessoas para a constituição de formas de vida dóceis e produtivas. Acrescente-se uma ênfase na resiliência do sistema, com reconhecimento dos limites físicos do ambiente e tem-se uma descrição do Antropoceno "canônico".

Decrescimento enquanto Profanação

Latouche não foi, por certo, o primeiro pensador a perceber que o capitalismo (ou, no caso, a economia) tem um caráter religioso. Já Walter Benjamin notara que o capitalismo não é apenas a secularização da fé protestante, como defendeu Weber, mas é ele próprio “um fenômeno religioso que se desenvolve de modo parasitário a partir do cristianismo” (Agamben, 2015, p. 62). São destacados três aspectos principais: a) ser uma religião cultural, tudo tendo significado com respeito a um culto,

e não com uma ideia ou dogma²; b) O culto ser permanente, com os dias de trabalho coincidindo com a sua celebração; e, por fim, c) o culto ser voltado para a própria culpa e não para a redenção (Agamben, 2015).

A separação que marca a diferença entre o sagrado e o profano, sob o capitalismo, é de tendência totalizante. “Tudo o que é feito, produzido e vivido [...] acaba sendo dividido por si mesmo e deslocado para uma esfera separada que já não define nenhuma divisão substancial e na qual todo uso se torna duravelmente impossível.” (Agamben, 2015, p. 64). Trata-se da esfera do consumo. O que é impossível de usar é entregue a esta esfera³. Entender o ambiente como recurso configura as interações entre humanos e destes com o ambiente, pela mediação da propriedade e da exploração. A resolução da crise ambiental e climática (digamos, do acontecimento Antropoceno), não passa pela dominação da própria dominação humana sobre o ambiente, mas pela dominação da forma organizativa das interações humanas, pela restituição do ambiente ao uso em detrimento da propriedade. Este erro de foco é o que faz do Desenvolvimento Sustentável uma contradição em termos, como percebe Agamben (2017), e acrescentamos também o Crescimento Zero, o Otimismo Extropiano e o Antropoceno canônico.

O autor nota, ainda, que a história da propriedade como pilar fundamental da modernidade remonta um conflito definidor do capitalismo pré-secular. No século XIII, o atrito entre a Ordem Franciscana e a Cúria Romana trouxe à tona esse debate. Os franciscanos, advogando pelo consumo enquanto impossibilidade do uso e, portanto, advogando por uma abnegação do consumo, afirmavam a possibilidade – e a defendiam – de um uso alheio ao contratualismo e ao direito. Para eles, o único uso legítimo seria o *usus facti*, o uso de fato, algo que só ocorreria no momento do uso de algo que seria, fora do uso, comum a todos (Agamben, 2015).

Os franciscanos, naquele momento, poderiam ser os últimos suspiros institucionais de uma vida pautada pelos *commons*. É por isso que a resposta de João XXII, em forma da bula *Ad conditorem canonum*, revela as fundações do capitalismo moderno pré-secular:

Nas coisas que são objeto de consumo – argumenta João XXII –, como o alimento, as roupas etc., não pode haver um uso diferente daquele da propriedade, porque o mesmo se define integralmente no ato do seu consumo, ou seja, da sua destruição (*abusus*). O consumo, que destrói necessariamente a coisa, não é senão a impossibilidade ou a negação do uso, que pressupõe que a substância da coisa permaneça intacta (*salva rei substantia*). Não só isso: um simples uso de fato, distinto da propriedade, não existe naturalmente, não é, de modo algum, algo que se possa ‘ter’. O próprio ato do uso não existe naturalmente nem antes de o exercer, nem durante o tempo em que se exerce, nem sequer depois de tê-lo exercido. O consumo, mesmo no ato do seu exercício, sempre é já passado ou futuro e, como tal, não se pode dizer que exista naturalmente, mas apenas na memória ou na expectativa. Portanto, ele não pode ter sido a não ser no instante do seu desaparecimento. (Agamben, 2015, p. 64).

Aqui há um reconhecimento do, então, Papa de que o uso é uma relação com o inapropriável. E, nisso, talvez não houvesse discordância entre ele e os franciscanos. Mas para estes a inapropriabilidade era uma característica defensável, enquanto para o Papa, uma característica passível de metamorfose por meio do consumo. Dessa forma, o consumo torna apropriável o que é inapropriável, no momento de sua destruição. E isso ocorre por meio da propriedade, que é o meio

² Aqui somos remetidos ao caráter ritual da escolarização que faz confundir diplomas com conhecimento, que criticara Illich (2018).

³ Agamben (2015) inclui ainda a esfera do espetáculo, no sentido de Guy Debord.

contratual e socialmente aceito de apropriação para o consumo. Mas a propriedade, como nota Agamben, é um expediente jurídico – e não uma característica do mundo natural. O consumo, assim, nunca é pleno – e por isso a eterna frustração moderna. A substituição do valor de uso das coisas pelo valor de troca, marca fundamental da modernidade, é uma tentativa de apropriar o inapropriável.

Frente a esta incapacidade de apropriação total por meio da propriedade – e das consequências frustrantes disso – Agamben oferece uma solução: a profanação. Colocar as coisas em sua ordem original, em seu Comum (*commons*), e tratá-las enquanto uso de fato. Afinal, a modernidade secularizou a lógica de João XXII – lógica essa que, primeiro, se tornou hegemônica na Igreja Católica para, então, se tornar hegemônica na sociedade secularizada moderna. A profanação é, assim, o oposto da secularização: ao invés de importar a Igreja para um mundo que prescindia Deus, destrói-se sua base lógica.

O que é proposto não é um elogio a tempos passados, mas sim uma reestruturação dos desejos, de modo que, por exemplo, a construção de casas, a reeducação alimentar pela diversidade produzida por alimentação orgânica, a autogestão e tantas outras formas de agir humano, constituam múltiplas imagens das sociedades futuras, nas quais a constituição da vida de uma pessoa não possa ser separada por meio de abstrações, que tomam o lugar da realidade percebida de maneira corpórea.

A proposta, também, passa pelo ato de brincar, pelo lúdico, como nota Agamben. Isso ocorre porque o homem moderno se tornou um *homo miserabilis*, como Illich (1996) notara, ao tornar seu ser criativo um ser necessitado de coisas providas pelos sistemas e instituições. Para profanar isso, é necessário voltar ao lúdico, tratando a vida de forma menos teleológica. Assim é possível desarmar a sobreprogramação [*overprogramming*] que torna impossível a vida fora de um sistema de governança. Nesse sentido, decrescer significa um apelo ao *homo habilis* (Illich, 1996), ao homem situacionista (Debord, 2020 [1960]), ao homem que age ao invés de se comportar (Guerreiro Ramos, 1989).

A ‘altíssima pobreza’ dos franciscanos não era a ausência material do mundo, mas sim a ausência de propriedade sobre o mundo. Não se trata de morrer de inanição – na verdade é possível que a alimentação dos frades fosse melhor, qualitativamente, que a atual. “Eles renunciaram a toda propriedade e toda faculdade de apropriar-se, mas não ao direito natural de uso, que, enquanto direito natural, é irrenunciável” (Agamben, 2015b, p. 81). Pobreza, então, só pode ser entendida como *pauper*, ou seja, aquele destituído de poder, em oposição aos dominadores e poderosos, já que riqueza advém de poder e dominação (Illich, 1981c).

A prática na qual a estranheza franciscana se realiza é o *usus*. Agamben (2015b, 2017) oferece um entendimento da noção de uso na qual percebe-se um caráter constitutivo do próprio sujeito que usa. No lugar de um sujeito acabado, inalterado, que usa instrumentalmente do mundo a seu redor, a ideia é que o uso é medial, constitui tanto o objeto quanto o sujeito, é a experimentação do mundo que possibilita ao sujeito entender-se enquanto tal e situar aquilo que lhe é bom, a partir das sensações que o uso lhe proporciona. Por isso, o uso das coisas enquanto jogo configura uma profanação, separa o caráter ritual que determinado objeto apresenta e o desloca para outra esfera, “a atividade que daí resulta torna-se [...] uma prática que, embora conserve tenazmente a sua natureza de meio, se emancipou da sua

relação com uma finalidade, esqueceu alegremente o seu objetivo, podendo agora exibir-se como tal, como meio sem fim” (Agamben, 2015, p. 74-75).

Se o uso põe a corporeidade no centro da vida social, é a renúncia ao direito de que se valem os franciscanos, por meio da sua indeterminação entre regra e vida, sua forma-de-vida, que estabelece a primazia do uso. Nesta primazia, recusa-se o direito e a propriedade e, portanto, a economia tal como a conhecemos. A profanação parece ser, então, uma solução ambiental na chave do Decrescimento.

Conclusões

O organizar gerencial, para o qual se volta a maioria das atividades acadêmicas na área da Administração é, sem dúvida, componente causal das emergências climáticas. Para que tal situação mude, é necessário um deslocamento do entendimento do organizar, que não seja voltado à produção de bens de consumo, mas ao repensar das relações sociais e dos usos comuns. Isso é especialmente necessário frente à emergência climática que enfrentamos. As gerações vivas tendem a usufruir de um mundo natural que não se replicará para as próximas gerações. Frente a esta crise, há claramente uma encruzilhada. Nessa encruzilhada, vários discursos se constituem.

A produção de conhecimento sobre meio ambiente foi analisada da perspectiva de uma disputa constituindo um espaço de concorrência discursiva, num jogo de interesses em torno do problema ambiental, que nos levou à perspectiva analítica do campo científico e discursivo. Estamos diante de um espaço estruturado de relações entre agentes que ocupam lugares na estrutura e definem posições a partir deles. O campo científico e suas formas de poder definem um domínio político-institucional sobre os meios de produção e reprodução que se opõe ao reconhecimento do mérito científico (Ragouet, 2017). Esses poderes são assimétricos, observamos o predomínio do poder institucional, índice de dominação burocrática e da força dos interesses contrários à mudança. Em suma, as propriedades estruturais e morfológicas do campo exercem influência sobre a configuração da competição científica. Recém chegados estariam mais expostos às pressões em sua luta por legitimação. Estratégias de conservação reforçam posições hegemônicas no sentido de manter o *status-quo* (Bourdieu, 2004; Ragouet, 2017). As categorias que levam à formulação do Antropoceno, definem a questão ambiental em matrizes econômicas e tecnológicas.

Ao mapear os discursos constituímos categorias para os avaliar criticamente. As categorias elencadas foram quatro, além do Crescimento Zero, a) Otimistas Extropianos, que crêem que o avanço tecnológico suprime por si só o problema; b) Desenvolvimento Sustentável, que defende a governança sobre tecnologias de forma a crer que é possível evitar a catástrofe utilizando as tecnologias corretas; c) Antropoceno, que advoga em prol de um conceito para reconhecer o momento histórico único; e d) Decrescimento Convival, que advoga pela profanação da religião capitalista por meio da retirada da crença de que a boa vida passa por um crescimento econômico eterno.

A convivialidade, centrada em relações criativas e autônomas, atualiza os vínculos entre humanos e entre estes e seus ambientes. Favorece a dádiva, o trabalho autônomo que produz valores de uso. A subsistência ganha substância econômica, não o consumo. A recusa de uma governança centralizada, pública ou privada, que advogue por comunidades e suas formas de viver, implica a

descolonização do imaginário, tornando possível conceber uma sociedade fora do desenvolvimento, do processo de economização das mentes e da mercantilização do mundo. Assim, argumentamos que ao Antropoceno falta incorporar a crítica radical à modernidade e ao capitalismo, de forma a suprimir a crença quase religiosa na economia e retirar-se da fé moderna no progresso tecnológico, tratando criticamente seus pressupostos.

O pilar fundamental desses pressupostos é a transposição técnica, que por meio da distalidade, produz a mudança da *causa efficiens* dividindo-a em *causa principalis* e *causa instrumentalis*. Com base em Ivan Illich, argumentamos que essa divisão possibilitou a modernidade, seus avanços tecnológicos e a exploração do homem pelo homem. Mas a partir do final do Século XX essa distalidade começa a ser apagada com o advento dos sistemas sociais. Com a sociedade reduzida a sistemas e o ser humano reduzido a sub-sistema, a distalidade se perde. Mas ao invés de se perder em favor da *causa principalis* (que porta a intenção das ações), se perdeu em favor da *causa instrumentalis*. Tornamo-nos, assim, meios e não mais fins. Tornamo-nos objetificados, reificados.

Isso só pode ocorrer por meio de uma crença acima de qualquer razão substantiva. A modernidade e seus pressupostos compõem uma religião raramente questionada, que não só destrói o ambiente natural, como, também, qualquer chance de um bem viver. Agamben nota que isso se origina, pelo menos, desde os conflitos entre os franciscanos e a Cúria Romana de seu tempo. A Igreja, pelo menos a partir dali, assume o papel de defensora da propriedade e do consumo em oposição ao Comum (*commons*) e o uso de fato. Tal crença, uma vez secularizada, produz a modernidade e o capitalismo.

Ao fim, nos deparamos com a questão de como profanar o que foi secularizado. Não há receitas fáceis, não há modelos para isso. Profanar não é um ato de comportamento, mas um ato criativo. Trata-se de desafiar a nossa posição de seres com necessidades e nos transpor em seres habilidosos, criativos, lúdicos. Só assim romperemos com a colonização do imaginário. Afinal, se o capitalismo é uma religião, a sua superação passa por profaná-lo.

Tal movimento, ao que nos parece, não articula uma estratégia dentro do campo, mas o implode. Evidencia-se que a questão primeira, sobre a qual a discussão do campo ocorre e que por isso mesmo é deslocada ao fundo e não nomeada, não trata de como perpetuar a produção econômica dadas as limitações ambientais. Não é à toa que o debate é proposto de início desde a burguesia industrial; a interdiscursividade do campo não trata de “salvar o planeta” mas de evitar mudanças sociais profundas, evitar a reorganização das relações humanas que medeiam a relação das pessoas com o ambiente. Rearranjar as relações sociais de forma a desarmar a dominação, por meio da profanação, representa o abandono da questão ambiental, de uma vez por todas.

Referências

- Acosta, A. (2016) *O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante.
- Acosta, A., & Brand, U. (2018). *Pós-extratativismo e Decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante.

- Agamben, G. (2015). *Profanações*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Agamben, G. (2015b). *Altíssima Pobreza: Regras monásticas e forma de vida* [Homo Sacer, IV, 1]. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Agamben, G. (2017). *O Uso dos Corpos: Homo Sacer, IV, 2*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- D'Alisa, G., Demaria, F., & Kallis, G. (2016). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Alexandrakis, F. (2017). O que há de real no negacionismo. *Jornal do Campus*, São Paulo. Recuperado em 21 de agosto de: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2017/08/o-que-ha-de-real-no-negacionismo/>
- Artaxo, P. (2014). Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? *Revista USP (103)* 13-24.
- Bonneuil, C. & Fressoz, J.-B. (2016). *The Shock of the Anthropocene: The Earth, History and Us*. London: Verso Books.
- Bookchin, M. (1979). *Ecology and revolutionary thought*. Anarchos. Disponível em: <<https://usa.anarchistlibraries.net/library/murray-bookchin-ecology-and-revolutionary-thought.pdf>>. Acesso em 05 Abr. 2021.
- Bookchin, M. (1982). *The ecology of freedom*. New Dimensions Foundation. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-the-ecology-of-freedom.pdf>>. Acesso em 05 Abr. 2021.
- Bookchin, M. (2007). *Social ecology and communalism*. Oakland: AK Press. Disponível em: <<https://theanarchistlibrary.org/library/murray-bookchin-social-ecology-and-communalism.pdf>> Acesso em 05 Abr. 2021.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. In Renato Ortiz (ed.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Ática.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência*. São Paulo. Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Papyrus. Recuperado em: de <https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUIRI9DZIVwQ2otMGM/edit>.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Bourdieu, P., & Wacquant, J. L. (1992). The Purpose of Reflexive Sociology'. In Pierre Bourdieu & Loic Wacquant, *An Invitation to Reflexive Sociology* (pp. 61-216). Chicago, Illinois, EUA. Chicago University Press.
- Callahan, M. (2019). Repairing the community: UT Califas and convivial tools of the commons. *ephemera: theory & politics in organization*, 19(2). 369-387

- Casagrande, L., & Freitas, N. C. d. (2020). Organizar na era dos sistemas: as contribuições críticas de Ivan Illich aos estudos organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), 254-267. <https://doi.org/10.1590/1679-395177954>
- Ceccarelli, L. (2011). Manufactured scientific controversy: Science, rhetoric, and public debate. *Rhetoric & Public Affairs*, 14(2), 195-228.
- Cechin, A. A (2010) *A Natureza Como Limite da Economia: a Contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Editora Senac São Paulo/ Edusp,
- Chakrabarty, D. (2013). O clima da história: quatro teses. *Sopro*, 91, 4-22
- Charaudeau, P., & Maingueneau, D. (2004). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo. Editora Contexto.
- Comissão Mundial Sobre O Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso Futuro Comum*. (2. ed.) Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Convivialistas, Os. (2016). O Manifesto Convivialista. In: Caillé, A.; Vandenberghe, F.; Vèran, J-F. (Org.). *Manifesto Convivialista: Declaração de Interdependência - Edição Brasileira Comentada* (p. 21-44) São Paulo: Annablume..
- Cook, J., Oreskes N., Doran P. T., Anderegg W. R. L., Verheggen B., Maibach E. W., Carlton J. S., Lewandowsky S., Skuce A. G., and Green S. A., Nuccitelli D., Jacobs P., Richardson M., Winkler B., Painting R. & Rice K. (2016). Consensus on consensus: a synthesis of consensus estimates on human-caused global warming. *Environmental Research Letters*, 11(4), 048002. doi = {10.1088/1748-9326/11/4/048002}
- Crist E. (2013). On the Poverty of Our Nomenclature. *Environmental Humanities* 3(1): 129-147. <https://doi.org/10.1215/22011919-3611266>
- Crutzen Paul, J. (2002). Geology of mankind. *Nature*, 415(6867), 23-23.
- Crutzen, P. J., & Stoermer, E. F. (2000). The anthropocene. *IGBP* (41). Stockholm, Sweden Royal. Swedish Academy of Sciences,
- Debord, G. (2020). *Manifesto internacional situacionista*. Recuperado em: 28, jul. 2020. de <https://protopia.fandom.com/pt-br/wiki/Manifesto_Internacional_Situacionista
- Delfim Netto, A. (2009). Desenvolvimento econômico brasileiro Retrocessos e avanços. *Revista de Política Agrícola*, 18(1), 5-20.
- Esteva, G. (1992) Development. In: SACHS, Wolfgang. *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Londres: Zed Books, p. 6.
- Foucault, M. (2007). *A ordem do discurso*. (Trad.) São Paulo. Loyola. (Obra original publicada em 1970)
- Fournier, V. (2008). Escaping from the economy: The politics of degrowth. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 28 (11/12): 528-545.

- Fotopoulos, T. (Ed.). (1997). *Towards an inclusive democracy: The crisis of the growth economy and the need for a new liberatory project*. Bloomsbury Publishing.
- Fotopoulos, T. (2000). The limitations of life-style strategies: The ecovillage 'movement' is NOT the way towards a new democratic society. *Democracy & Nature*, 6(2), 287-308. <https://doi.org/10.1080/10855660050085083>
- FMI (2008). *Fiscal Implications of Climate Change*. International Monetary Fund, Fiscal Affairs Department.
- Freeman, C. (1973). 1. Malthus with a computer. *Futures*, 5(1), 5-13. [https://doi.org/10.1016/0016-3287\(73\)90053-0](https://doi.org/10.1016/0016-3287(73)90053-0)
- Gorz, A. (1980). *Ecology as Politics*. Boston: South End Press.
- Gudynas, E. (2011). *Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo*. América Latina en movimiento, 462, 1-20.
- Gudynas, E. (2013). Transitions to post-extractivism: directions, options, areas of action. *Beyond Development*, 165.
- Guerreiro Ramos, A. (1989). *A nova ciência das organizações*. (2. ed.) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Graeber, D. (2016). *Dívida: Os primeiros 5000 anos*. São Paulo: Três Estrelas
- Grubb, M. (2004). Technology innovation and climate change policy: an overview of issues and options. *Keio economic studies*, 41(2), 103-132.
- Herrera, A. O., Scolnik, H. D., Chichilnisky, G., Gallopin, G. C., Hardoy, J. E. (1977). *Catástrofe o nueva sociedad: modelo mundial latinoamericano*. Ottawa: CIID.
- IEA (2017). *CO2 Emissions from Fuel Combustion Highlights*, OECD/IEA, Paris.
- Illich, I. (1973). *Tools for conviviality*. Boston. Marion Boyars.
- Illich, I. (1975) *A Expropriação da Saúde: Nêmesis da Medicina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Illich, I. (1976). *A Convivialidade*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Illich, I. (1981a). Introduction. In: ILLICH, Ivan. *Shadow Work*. Londres: Marion Boyars.
- Illich, I. (1981b). Research by People. In: ILLICH, Ivan. *Shadow Work*. Boston: Marion Boyars.
- Illich, I. (1981c). *Shadow Work*. Boston. Marion Boyars.
- Illich, I. (1992). The Institutional Construction of a New Fetish: Human Life. In: Illich, I. *In the Mirror of the Past*.
- Illich, I. (1996). Necesidades. In: Sachs, W. (Ed.). *Diccionario del desarrollo: un guía del conocimiento como poder* (p.144-163). Lima: Pratec.

- Illich, I. (2005a). Energia e Equidade. In: Ned L. (Org.). *Apocalipse Motorizado: A tirania do automóvel em um planeta poluído*. (Cap. Energia e equidade, pp. 33-72) São Paulo: Conrad.
- Illich, I. (2005b). Contingency, Part 2: The Origin of Technology. In: Cayley, D. (ed.). *The Rivers North of the Future: The Testament of Ivan Illich as told to David Cayley*. Toronto: House of Anansi Press.
- Illich, I. (2018). *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, RJ, Brasil. Editora Vozes.
- Kumarappa, J. C. (1946). *The economy of permanence*. CP, All India Village Industries.
- Latouche, S. (2003). *À bas le développement durable! Vive la décroissance conviviale!* Objectif décroissance, M. Bernard *et al.* éds., Paris Parangon, p. 19-26, Recuperado em 06, jul. 2020., de <<http://www.decroissance.org/index.php?chemin=textes/latouche>>.
- Latouche, S. (2012). O Decrescimento e o Sagrado. *Cadernos IHU Ideias*, Leopoldo 168(10), 31
- Latouche, S. (2016). Verbete 16: Descolonização do Imaginário. In: D'Alisa, G.; Demaria, F. & Kallis, G. (Org.). *Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo*. Porto Alegre: Tomo Editorial.
- Kuhn, T. (1974) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo. Editora Perspectiva SA.
- Latour, B., Sztutman, R., Pougy, H., Pinheiro, J., & Marras, S. (2014). Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*, 57(1), 11-31.
- Lewis, W. A. (1969). O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra. In A. N. Agarwale & S. Singh (ed.). *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense, 406-456. (Trabalho original publicado em 1954).
- Löwy, M. (2019). Fontes e Recursos do ecossocialismo. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, 26(51), 405-408.
- Mauss, M. (2002). *The gift: The form and reason for exchange in archaic societies*. Reino Unido Routledge.
- Martínez-Alier, J. (1999). *Justiça ambiental (local e global)*. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco.
- Meadows, D. H.; Meadows, D. L.; Randers, J.; Behrens III, W. W. (1973) *Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Moore, J. W. (2011). Ecology, Capital, and the Nature of Our Times: Accumulation & Crisis in the Capitalist World-Ecology. *Journal of World-Systems Research*, 17(1), 107-146. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2011.432>

- Moore, J. W. (2017). The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of peasant studies*, 44(3), 594-630.
- Moore, J. W. (2018). The Capitalocene Part II: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *The Journal of Peasant Studies*, 45(2), 237-279.
- Nascimento, E.P. (2012a). Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In P. Léna & E.P. Nascimento (Ed.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade* (pp. 415-433). Rio de Janeiro. Garamond.
- Nascimento, E. P. (2012b). Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, 26(74), 51-64. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100005>
- Nobre, M. (2002). O desenvolvimento sustentável no contexto pós-Rio-92: tendências atuais. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. (pp. 21-106) Brasília: Ed. IBAMA.
- Öcalan, A. (2017). *Manifesto por una civilizacion democratica*, tomo 2, civilizacion capitalista. Barcelona, Espanha. Descontrol Editorial.
- Olivera, L. D. (2012) Os "Limites do Crescimento" 40 anos depois: Das "Profecias do Apocalipse Ambiental" ao "Futuro Comum Ecologicamente Sustentável". *Revista Continentes*., 1 (1), 72-96.
- Oreskes, N. (2004). The scientific consensus on climate change. *Science*, 306(5702), 1686-1686. <http://dx.doi.org/10.1126/science.1103618>
- Polimeni, J. M., Mayumi, K., Giampietro, M. & Alcott, B. (2008). *Jevons' Paradox and the Myth of Resource Efficiency Improvement*. Londres: Earthscan.
- Ragouet, P. (2017, June). Champ (s) scientifique (s) et régimes de production et de diffusion scientifique: une articulation nécessaire pour penser la science moderne et l'innovation. In *Colloque INterDISCIPLINarité*, Université de Bordeaux.
- Robert, J. (2019). *L'Età dei Sistemi nel pensiero dell'ultimo Illich*. Itália. Hermatena.
- Rockström, J., Steffen W., Noone L., Persson A., Chapin, III F. S., Lambin E., Lenton T. M., Scheffer M., Folke C., Schellnhuber H., Nykvist B., De Wit C. A., Hughes T., Leeuw S., van der., Rodhe H., Sörlin S., Snyder P. K., Costanza R., Svedin U., Falkenmark M., Karlberg L., Corell R. W., Fabry V. J., Hansen J., Walker B., Liverman D., Richardson K., Crutzen P. & Foley J. (2009). Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society* 14(2): 32.
- Roque, T. (2020, fevereiro). O negacionismo no poder. *Revista Piauí*, ed. 161.
- Rostow, W. W. (1957). The interrelation of theory and economic history. *The journal of economic history*, 17(4), 509-523. doi:10.1017/S0022050700079080
- Rostow, W. W. (1974) *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 274 p.

- Sachs, I. (1993). Estratégias de Transição para o Século XXI. In: Bursztyin, M., (Org.). *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. (29-56) São Paulo: Editora Brasiliense.
- Samerski, S. (2018). Tools for degrowth? Ivan Illich's critique of technology revisited. *Journal of cleaner production*, 197 (2) 1637-1646. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2016.10.039>
- Silva e Silva, F. (2020, 3 de abril a 8 de maio). *Filosofia em um Planeta Ferido: Que tempos são estes*. Recuperado em 28, jul. 2020, de <<https://apph.com.br/quetemposaoestes>>.
- Schumpeter, J. A. (1981). *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Editora Abril Cultural.
- Solow, R. M. (1956) Contribution to the Theory of Economic Growth. *The Quarterly Journal of Economics*, 70 (1), 65–94. <https://doi.org/10.2307/1884513>
- Solow, R. M (1970) *Growth theory*. An exposition. Oxford: Clarendon Press,
- Solow, R. M. (1974) The Economics of Resources or the Resources of Economics. In: Gopalakrishnan C. (eds) *Classic Papers in Natural Resource Economics*. Palgrave Macmillan, London. https://doi.org/10.1057/9780230523210_13
- Steffen, W., Persson, Å., Deutsch, L., Zalasiewicz, J., Williams, M., Richardson, K., ... & Molina, M. (2011). The Anthropocene: From global change to planetary stewardship. *Ambio*, 40(7), 739.
- Steffen, W., Broadgate, W., Deutsch, L., Gaffney, O., & Ludwig, C. (2015). The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. *The Anthropocene Review*, 2(1), 81-98.
- Trainer, T., & Trainer, F. E. (1995). *The conserver society: alternatives for sustainability*. Londres. Zed Books.
- Trainer, T. (2007). *Renewable energy cannot sustain a consumer society*. Alemanha. Springer Science & Business Media.
- Viola, E. J. (1987). O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1 (3), 5-26.
- Yusoff, K. (2018). *A billion black Anthropocenes or none*, Minnesota, EUA. University of Minnesota Press.
- Zerzan, J. (2006). *Futuro Primitivo*. Porto Alegre: Deriva.